http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude
ISSN on-line1984-7513
DOI:10.4025/cienccuidsaude.v19i0.48001

ARTIGO ORIGINAL

PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO ENTRE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Elena Bohomol*
Camilla Moreira Andrade**

RESUMO

Objetivo: conhecer a prevalência, os medicamentos utilizados e os principais motivos da automedicação entre os discentes de um curso de enfermagem em uma instituição de ensino superior. **Método**: estudo transversal descritivo, de abordagem quantitativa, com amostra de 126 estudantes matriculados no curso de graduação em enfermagem de instituição pública. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado disponibilizado por aplicativo e foram analisados por estatística descritiva. **Resultados**: os estudantes tinham entre 18 e 25 anos de idade (85,7%), a maioria do sexo feminino (92,9%) e moravam com familiares (86,5%). Observou-se um alto índice de automedicação (99,2%), e a classe medicamentosa prevalente foi a dos analgésicos (28,7%) utilizados para alívio rápido da dor (88,1%) e levados à utilização pelo próprio conhecimento (73,8%). **Conclusão**: a alta prevalência de automedicação coloca em risco a saúde dos estudantes e reforça a necessidade de implementação de políticas públicas para a conscientização sobre o uso racional de medicamentos.

Palavras-chave: Automedicação. Estudantes de enfermagem. Uso de medicamentos.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde alerta que o uso indiscriminado de medicamentos sem critérios técnicos e clínicos definidos é um importante problema de saúde pública. Tal situação pode lesar a população, além de trazer desperdícios dos escassos recursos públicos[1].

O uso inadequado de medicamentos deve-se a inúmeras causas, entre elas, a polifarmácia, a cultura pelo uso indiscriminado de antibióticos, a falta de diretrizes para prescrições específicas, a automedicação inapropriada, além da disponibilidade comercial de um grande arsenal de medicamentos isentos de prescrição à disposição dos consumidores[2].

De um modo geral, a automedicação é usual, comum e utilizada em larga escala como uma forma de tratar ou amenizar sinais ou sintomas de determinados problemas de saúde, por vezes, entendidos como simples, visando à cura, melhoria ou ao alívio[3]. Caracteriza-se como a autoadministração de medicamentos aprovados e disponíveis sem a prescrição médica[4].

São muitos os fatores que influenciam a prática da automedicação e, entre eles, estão a publicidade da indústria farmacêutica, a falta de políticas públicas efetivas, o rápido acesso às informações sobre os fármacos na Internet, o déficit na educação e a falta de conscientização da população[5]. Estima-se que 35% dos medicamentos sejam adquiridos para a prática da automedicação[6].

Destaca-se que, por vezes, essa prática traz resultados positivos, como a melhoria dos sintomas ou até mesmo a resolução do problema de saúde. No entanto, há um risco para a saúde do indivíduo, uma vez que pode ocorrer o mascaramento de doenças, intoxicações, reações adversas, desenvolvimento de resistência e interações medicamentosas[3,4,7]. Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, 40% dos casos de intoxicação no Brasil são decorrentes do uso de medicamentos[8].

A automedicação é relativamente comum não somente na população de um modo geral, mas também em estudantes de nível superior que fazem a graduação em cursos da área da saúde como Enfermagem, Farmácia e Medicina, destacando-os como grupos sociais diferenciados, com informações a respeito dos medicamentos e sua relação com a saúde [9,10].

Os medicamentos são insumos essenciais na cura e no controle de doenças para garantir o direito à saúde, instituído pela constituição

*Enfermeira. Livre-Docente, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: ebohomol@unifesp.br ORCID iD: http://orcid.org/0000-0002-7196-0266
**Enfermeira. Bacharel, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: camilla_andrade2@hotmail.com ORCID iD: http://orcid.org/0000-0003-1575-7367

brasileira. Todavia, o Uso Racional de Medicamentos (URM) deve ser estimulado, uma vez que objetiva a medicação responsável, orientada por profissional da saúde em relação ao fármaco correto, na dose certa, para o paciente certo, com o monitoramento adequado quanto à sua ação e efeito terapêutico desejado[10]. Os enfermeiros têm papel fundamental em relação às boas práticas para a administração dos medicamentos e à educação da população acerca dos riscos relativos e do uso seguro dos medicamentos[11].

Considerando que os estudantes de enfermagem serão os futuros educadores de uma população que deverá ser assistida no sistema de saúde e que eles também realizam uma prática com riscos para o seu bem-estar , emergiu a seguinte questão norteadora: Qual a prevalência e os fatores associados que levam os estudantes de enfermagem à pratica da automedicação? Assim, o objetivo deste estudo foi o de conhecer a prevalência, os medicamentos utilizados e os principais motivos da automedicação entre os discentes de um curso de enfermagem de uma instituição de ensino superior.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal realizado com estudantes do curso de graduação em enfermagem de uma instituição de ensino superior, pública, no município de São Paulo.

A população foi configurada por estudantes maiores de 18 anos e matriculados nos quatro anos que compõem o curso. Os critérios de exclusão foram estar de licença médica ou em intercâmbios estudantis. Todos os estudantes foram convidados a responder à pesquisa disponibilizada pelo aplicativo multiplataforma *WhatsApp*®, entre os meses de setembro e novembro de 2016. A amostra foi por conveniência, e os que aceitaram participar responderam a um questionário estruturado, após sua anuência no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O questionário foi elaborado pelos pesquisadores e apresentava duas partes. A primeira, com perguntas para a caracterização dos estudantes: série, sexo, idade, com quem moravam, uso de serviços de saúde, se cotista e classificação socioeconômica. Incorporou-se a pergunta sobre cotas porque no Brasil existe a Lei das Cotas (nº 12.711), aprovada em agosto de 2012, como política pública de ação afirmativa na Educação Superior. Essa medida legal e obrigatória determina que as Universidades, Institutos e Centros Federais reservem 50,0% das suas vagas para estudantes oriundos de escola pública. Ainda há reserva de um percentual especial destinado a estudantes negros (autoidentificados como de cor parda ou preta) e indígenas[12]. Para conhecer a situação socioeconômica, foram utilizados os Critérios de Classificação Econômica - Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, categorizadas em A/B, C, D/E[13].

A segunda parte foi constituída por questões relacionadas à prática da automedicação: uso de medicamentos sem receita médica; uso de medicamentos nos últimos 15 dias; conhecimento dos riscos em utilizar medicamentos sem receita médica; consequências por automedicar-se; motivos que levam à prática; fatores influenciadores para a automedicação; nome dos medicamentos utilizados; sinais e sintomas para o uso do medicamento; consulta médica nos últimos 12 meses; hábito da leitura da bula; quais partes da bula são lidas; se orienta outros a se automedicarem; informações sobre automedicação no curso. As perguntas foram baseadas em publicações sobre o tema[5-7,9].

As perguntas foram avaliadas quanto à clareza e pertinência por dois pesquisadores independentes que apontaram ajustes na ordem das alternativas das respostas. O questionário também foi testado, previamente, por dois estudantes para avaliação quanto: facilidade do acesso ao aplicativo, interatividade com o questionário e tempo dispendido, obtendo-se parecer favorável.

As respostas foram organizadas, tabuladas e analisadas, utilizando-se o Programa Excel®. Para o tratamento de dados, realizou-se estatística descritiva, com o teste de Qui-Quadrado com nível de significância de 0,05. A prevalência do uso da automedicação foi verificada por meio das respostas positivas dos participantes. Foram determinadas as frequências relativas da prática da automedicação de acordo com as questões que compunham o questionário. Para a classificação dos medicamentos, foi utilizado o Formulário Terapêutico Nacional do Ministério da Saúde[14].

Este estudo seguiu os preceitos éticos da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética e

Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo com o número 1.528.693 e com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética nº 55449416.1.0000.5505.

RESULTADOS

Dos 367 estudantes matriculados, 126 (34,3%) participaram da pesquisa. A maior porcentagem de participação foi dos estudantes do 2º ano (39,7%), seguido do 1º ano (32,5%), 3º ano (14,3%) e 4º ano (13,5%), não apresentando diferenças estatisticamente significantes entre eles (p = 0,135).

Os participantes eram majoritariamente pessoas do sexo feminino (92,9%); com idade entre 18 e 25 anos (85,7%); moravam com familiares (86,5%); utilizavam plano de saúde (66,7%); não cotistas (76,2%) e pertencentes à classe A/B (68,2%), conforme Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição das respostas referentes à caracterização dos estudantes

Variáveis	n (%)
Sexo	
Feminino	117 (92,9)
Masculino	9 (7,1)
Idade (anos)	
18 a 25	108 (85,7)
> 25	18 (14,3)
Mora com	
Familiares	109 (86,5)
Amigos	15 (11,9)
Sozinho	2 (1,6)
Serviço de saúde	
Plano de saúde	84 (66,7)
Sistema Único de Saúde	39 (30,9)
Particular	1 (0,8)
Plano e Sistema Único de Saúde	2 (1,6)
Cotista	
Sim	30 (23,8)
Não	96 (76,2)
Classificação socioeconômica	
Classe A/B	86 (68,2)
Classe C	37 (29,4)
Classe D/E	3 (2,4)

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Do grupo de estudantes participantes, 99,2% dos faziam uso da prática de automedicação, 94,4% reconheciam os riscos. Todavia, 29 (23,0%) estudantes relataram ter sofrido consequências como o mascaramento de doenças (11,9%), reações adversas (10,3%), resistência bacteriana (4%) e intoxicação (0,8%), apresentando diferença significante entre elas (p<0,001).

A Tabela 2 apresenta que a tentativa de alívio rápido da dor era o motivo prevalente (88,1%) e os estudantes relataram que a maior influência para realizar a prática da automedicação era o próprio conhecimento (73,8%), com diferenças significantes entre eles (p<0,01).

Tabela 2. Motivos e influência para a prática de automedicação

Variáveis	n (%)	p**
Motivos que levaram à automedicação*		
Tentativa de alívio rápido da dor	111 (88,1)	<0,01
Praticidade e comodidade	67 (53,2)	
Fácil acesso a farmácias	62 (49,2)	
Leitura da bula	61 (48,4)	
Influências que levaram à automedicação*		
Próprio conhecimento	93 (73,8)	<0,01
Familiares	86 (68,3)	
Prescrição antiga	38 (30,2)	

*n > 125 devido à possibilidade de mais que uma resposta.
**teste do x^2 (<0,05)
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os principais grupos terapêuticos utilizados eram os analgésicos não opioides e antipiréticos (45,1%), anti-inflamatório não esteroidal (9,5%), anti-histamínico (8,2%) e antibiótico (8,2%), com diferença estatística entre eles (p<0,01). Quando questionados se houve consumo de medicamentos nos últimos 15 dias, 52% responderam afirmativamente.

O sintoma prevalente responsável pela automedicação entre os estudantes foi a dor (74,6%), seguido de inflamação (15,8%) e resfriado (14,3%). Foi perguntado aos estudantes se foram a uma consulta médica nos últimos 12 meses, constatando-se que 89,7% o fizeram.

A prevalência do número de alunos que lia frequentemente a bula, documento legal sanitário, antes de utilizar o medicamento adquirido sem prescrição médica era de 61,9%, com ênfase na leitura das indicações do uso do medicamento (86,5%), das contraindicações (76,2%) e das reações adversas (72,2%). Em contrapartida, 4% dos participantes referiram que nunca fizeram a leitura prévia antes de utilizar os medicamentos. Ao serem indagados sobre o hábito de orientar outrem a praticar automedicação, 59,5% responderam que não.

O estudo revelou que 76,2% dos estudantes do curso de graduação em enfermagem não tiveram aulas sobre automedicação na disciplina de farmacologia ministrada, no primeiro semestre do segundo ano.

DISCUSSÃO

Como limitação do estudo, destaca-se a forma de disponibilizar o questionário que foi por meio do aplicativo *WhatsApp*®, que, na ocasião, foi considerada como uma facilidade para o seu preenchimento, mesmo tendo sido avaliado positivamente por dois nativos digitais. No entanto, a estratégia não se demonstrou atrativa e acredita-se por estar relacionada a um número expressivo de perguntas. Apesar dos três lembretes encaminhados ao grupo, supondo-se que poderia dar o aceite em outro momento, a adesão não ocorreu. Outra limitação foi a utilização de uma amostra não probabilística que pode levar a viés. Assim, a pesquisa representa os dados de uma única instituição, não permitindo generalizações.

Verificou-se que a prática da automedicação é altamente prevalente entre os estudantes participantes da pesquisa e reforça uma conduta adotada entre jovens universitários que cursam graduações na área da saúde, tanto no Brasil como no exterior. Embora se verifiquem índices que variem entre 16,1% e 33,5%, menores do que os encontrados, este achado demonstra a necessidade de se pesquisarem as razões que levam os estudantes de enfermagem a essa prática [6,15].

Em relação à classificação socioeconômica, a maior prevalência foi de estudantes pertencentes à classe A/B. Ressalta-se que a prática de automedicação não é exclusiva de uma única classe, e os achados corroboram a realidade, confirmando resultados de outras investigações em que os participantes eram de outras classes socioeconômicas e, de igual modo, faziam uso de alta taxa de automedicação[6,16].

Por se tratar de alunos universitários, pertencentes à classe média alta, com planos de saúde, poder-se-ia inferir que essa facilidade poderia ser um caminho para terem maior acesso aos serviços de saúde, mais informações e, portanto, que a taxa de automedicação fosse menos prevalente. Porém, eles apresentam elevado consumo de medicamentos, independentemente da classe social ou do acesso a sistema de saúde, achados que refletem o comportamento da população brasileira[17]. Embora os resultados dessa pesquisa apontem para uma classe social privilegiada, novos estudos são bem-vindos sobre a inserção de medicamentos em grupos sociais de outras classes sociais e seu potencial de vulnerabilidade quanto à decisão consciente do consumo de medicamentos, para que se possam nortear políticas para um maior incentivo ao autocuidado[10].

Identificou-se que os estudantes revelaram ter conhecimentos sobre o uso de medicamentos, apontando para uma maior confiança em automedicar-se explicada por estarem vinculados ao curso da área da saúde com aquisição de conhecimentos necessários em relação aos fármacos, conceitos sobre a saúde e atribuição de valor aos medicamentos que não apenas o de interromper problemas de saúde[10].

No entanto, os participantes relataram que realizam a prática de automedicação em busca de alívio rápido da dor, dado que traz um

importante alerta para conhecer as razões da manifestação desse sintoma. Por se tratar de curso integral, com carga horária de oito horas por dia, com metodologia presencial, com cobranças acadêmicas e realização de prática clínica e estágios supervisionados desde o 2º ano, tal contexto impõe situações que levam à tensão, ao estresse, à privação do sono, fatores que comprometem a qualidade de vida dos estudantes[4,16].

Além disso, os familiares influenciam a prática da automedicação com orientações sobre quais medicamentos utilizar. Esse tipo de influência é comum no Brasil e reflete o próprio costume de se automedicar, motivados por terem o medicamento em casa, ou para aproveitarem receitas antigas, considerarem prático, ou, ainda, sentirem angústia e preocupação em ver o jovem com algum sintoma indesejável[4,18].

Destaca-se que maioria dos estudantes revelou não influenciar outros a realizarem a prática, resultado diferente do que se verifica em outras pesquisas em que universitários da área de saúde têm o hábito de orientarem outros a se automedicarem , circunstância que pode estar relacionada à própria formação, autoconfiança e ao genuíno interesse em colaborar com o bem-estar do próximo[11].

A principal classe de medicamentos que os participantes referiram consumir era a dos analgésicos. Esse fato ocorre em razão do fácil acesso a esse tipo de medicamento nos estabelecimentos farmacêuticos, sendo esta uma forma rotineira de aquisição. Embora seja uma facilidade, ela pode aumentar o risco de associações indesejadas com o uso de álcool e drogas, tornando o indivíduo mais vulnerável em relação à sua saúde[10,16].

É preocupante que os participantes tenham referido consumir, também, antibióticos sem prescrição médica, pois, como se sabe, esse tipo de medicamento pode levar a interações medicamentosas, resistência bacteriana e, consequentemente, a superinfecção[3]. Dados coincidentes foram verificados com estudantes de um curso de medicina que, além de apresentarem maior prevalência no uso de analgésicos, relataram usar antibióticos[19]. Embora a Resolução da Diretoria Colegiada oriente sobre medicamentos antimicrobianos, categoria que inclui os antibióticos, alertando que eles não podem ser vendidos sem prescrição médica e devem ser dispensados com a retenção da segunda via do receituário, essa prática mantém-se no Brasil. Tal achado aponta para a necessidade de se promoverem ações educacionais para alertar as pessoas a não manterem sobras de antibióticos em casa nem os consumirem sem prescrição médica[2,20].

O grupo estudado costumava frequentar o consultório médico, ocasião que poderia ter sido aproveitada pelo profissional consultado para dispensar orientações sobre automedicação para este público em específico, mesmo que muitos estudantes julgassem "uma perda de tempo" buscar ajuda e, por isso, se automedicavam[19]. Estudo que trata dos aspectos do autocuidado alerta que a autonomia é um direito de todo ser vivo, no entanto, essa decisão não exime as pessoas da necessidade da educação relativa ao URM[10].

A maioria dos participantes que recorria à automedicação mencionou que lia a bula dos medicamentos antes de utilizá-los. Sendo a bula fonte de inúmeras informações, é ela que, também, contribui para a prática de automedicação entre estudantes de enfermagem. Sabe-se que a bula é um documento legal, é disponibilizada em versões para paciente e profissional e visa oferecer esclarecimentos a fim de garantir-se uma terapêutica efetiva e segura[4].

Embora o curso de enfermagem tenha disciplina de farmacologia, os estudantes relataram não ter tido orientações específicas sobre automedicação. A revisão de conteúdos da disciplina poderia ser um caminho para uma melhor conscientização dos estudantes sobre essa prática, alertando para os riscos e contribuindo para tornar o indivíduo mais cônscio das opções mais seguras em relação à sua saúde[11].

CONCLUSÃO

Evidenciou-se que a prevalência da prática de automedicação entre os estudantes do curso de enfermagem é elevada, o principal medicamento era da classe dos analgésicos para o alívio rápido da dor, apontando para a necessidade de políticas de orientação e conscientização dessa população no decurso do seu percurso formativo.

SELF-MEDICATION PRACTICE AMONG NURSING STUDENTS AT A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

ABSTRACT

Objective: To know the prevalence, medications used, and main reasons behind self-medication among nursing students at a higher education institution. **Methods:** Descriptive cross-sectional study, with a quantitative approach and a sample of 126 students enrolled in the nursing undergraduate course of a public institution. Data were collected by applying a structured questionnaire made available on a cell phone app and analyzed using descriptive statistics. **Results:** The students were between 18 and 25 years old (85.7%), women (92.9%), and lived with their relatives (86.5%). A high self-medication rate (99.2%) was found, and the prevailing drug class was pain killers (28.7%), used to obtain quick pain relief (88.1%) and taken according to the students' own knowledge (73.8%). **Conclusion:** The high prevalence of self-medication places these students' health at risk and stresses the need to implement public policies to raise awareness of the rational use of medications.

Keywords: Self-medication. Students, nursing. Drug utilization.

PRÁCTICA DE LA AUTOMEDICACIÓN ENTRE ESTUDIANTES DE ENFERMERÍA DE INSTITUCIÓN DE ENSEÑANZA SUPERIOR

RESUMEN

Objetivo: conocer la prevalencia, los medicamentos utilizados y los principales motivos de la automedicación entre los discentes de un curso de enfermería en una institución de enseñanza superior. **Método**: estudio transversal descriptivo, de abordaje cuantitativo, con amuestra de 126 estudiantes inscriptos en el curso de pregrado en enfermería de institución pública. La recolección de datos fue realizada por medio de un cuestionario estructurado disponible en una aplicación (app) y fueron analizados por estadística descriptiva. **Resultados**: los estudiantes tenían entre 18 y 25 años de edad (85,7%), la mayoría del sexo femenino (92,9%) y vivían con familiares (86,5%). Se observó un alto índice de automedicación (99,2%), y la clase medicamentosa prevalente fue la de los analgésicos (28,7%) utilizados para el alivio rápido del dolor (88,1%) y llevados a la utilización por el propio conocimiento (73,8%). **Conclusión**: la alta prevalencia de automedicación pone en riesgo la salud de los estudiantes y refuerza la necesidad de la implementación de políticas públicas para la concienciación sobre el uso racional de medicamentos.

Palabras clave: Automedicación. Estudiantes de enfermería. Uso de medicamentos..

REFERÊNCIAS

1. Medication Without Harm - Global Patient Safety Challenge on Medication Safety. Geneva: World Health Organization, 2017. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO [Internet]. 2017 [cited Feb 05, 2019]. Available from: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255263/WHO-HIS-SDS-2017.6-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
2. Esher A, Coutinho T. Rational use of medicines, pharmaceuticalization and uses of methylphenidate. Ciênc Saúde Coletiva. 2017; 22(8):2571-80. doi: http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017228.08622017.
3. Barber DA, Casquejo E, Ybañez PL, Pinote MT, Casquejo L, Pinote LS, et al. Prevalence and correlates of antibiotic sharing in the Philippines: antibiotic misconceptions and community-level access to non-medical sources of antibiotics. Trop Med Int Health. 2017; 22(5):567-75. doi: http://dx.doi.org/10.1111/tmi.12854.
4. Matos JF, Pena DAC, Parreira MP, Santos TC, Coura-Vital W. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. Cad Saúde Coletiva. 2018; 26(1):76-83. doi: http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800010351.
5. Bittar CML, Gontijo IL. Automedicação entre as trabalhadoras de enfermagem de um hospital de Uberaba – MG. Rev Eletr Gestão Saúde. 2015; 6(2):1229-38. Disponível em: file:///C:/Users/pse/Downloads/2904-Texto%20do%20artigo-5093-1-10-20170915.pdf.
6. Arrais PSD, Fernandes MEP, Pizzol TSD, Ramos LR, Mengue SS, Luiza VL, et al. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. Rev Saúde Pública. 2016; 50(supl 2):13s. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117.
7. Ali AS, Ahmed J, Sonekhi GB, Fayyaz N, Zainulabdin Z, Jindani R. Practices of self-medication with antibiotics among nursing students of Institute of Nursing, Dow University of Health Sciences, Karachi, Pakistan. J Park Med Assoc [Internet]. 2016 [cited 2019 abr 26]; 66(2):235-7. Available from: https://jpma.org.pk/PdfDownload/7633.
8. Costa AO, Alonzo HGA. Casos de exposições e Intoxicações por medicamentos registrados em um Centro de Controle de intoxicações do interior do Estado de São Paulo. Rev Bras Pesq Saúde. 2015; 17(2):52-60. doi: http://dx.doi.org/10.21722/rbps.v17i2.13188.
9. Silva LB, Piveta LN, Girotto E, Guidoni CM. Use of medicines and practice of self-medication by students of health-related courses at the state University of Londrina. Espaç Saúde. 2015; 16(2):27-36. doi: http://dx.doi.org/10.22421/1517-7130.2015v16n2p27.
10. Palodeto MFT, Fischer ML. Representation of the medication under the bioethics perspectives. Saúde Soc. São Paulo. 2018;27(1):252-67. doi: https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170831.
11. Gama ASM, Secoli SR. Self-medication among nursing students in the state of Amazonas – Brazil. Rev Gaúcha Enferm. 2017; 38(1):e65111. doi: http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.01.65111.
12. Brasil. Presidência da República. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. [citado 2019 fev. 04]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.
13. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Critério de classificação econômica Brasil [Internet]. 2018 [citado 2019 maio 08]. Disponível em: http://www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=14.
14. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Formulário terapêutico nacional 2010: Rename 2010. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 1135 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 978-85-334-1736-6 [citado 2019 setembro 06]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/formulario_terapeutico_nacional_2010.pdf.
15. Asmelashe Gelayee D, Binega G. Assessment of medication use

among university students in Ethiopia. Sci World J. 2017; 4530183.5. doi: https://doi.org/10.1155/2017/4530183.

16. Iuras A, Marques AAF, Garcia LFR, Santiago MB, Santana LKL. Prevalência da automedicação entre estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (Brasil). Rev Port Estomatol Med Den Cir Maxilofac. 2016; 57(2):104-11. doi: https://doi.org/10.1016/j.rpemd.2016.01.001.

17. Domingues PHF, Galvão TF, Andrade KRC, Sá PTT, Silva MT, Pereira MG. Prevalence of self-medication in the adult population of Brazil: a systematic review. Rev Saúde Pública 2015; 49:36. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005709.

18. Hirdes A, Marcon G, Branchi RN, Vivian AG. Prevenção ao uso de álcool e outras drogas e tratamento na Atenção Primária à Saúde em um município do Sul do Brasil. Aletheia [Internet]. 2015 [citado 2019 maio 04]; (46):74-89. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000100007&lng=PT.

19. Berrouet MC, Lince M, Restrepo D. Self-medication of analgesics and antibiotics in medical students. Med UPB. 2017; 36(2):115-22. doi: http://dx.doi.org/10.18566/medupb.v36n2.a0.

20. Dourado MAS, Rizzotto MLF. Indicators of the use of medication and medical assistance in a town at the west of Paraná. Cienc Cuid Saude. 2015; 14(4):1572-80. doi: http://dx.doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v14i4.25999.

Endereço para correspondência: Elena Bohomol. Rua Napoleão de Barros. 754 - cep: 04024-002 – Vila Clementino. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: ebohomol@unifesp.br

Data de recebimento: 20/05/2019
Data de aprovação: 23/09/2019